



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA

DANILO ARAÚJO
GABRIELA MEDEIROS

PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO: O CASO DA FEIRA DE CAXIXIS NO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ / BA

Salvador
2012

**DANILO ARAÚJO
GABRIELA MEDEIROS**

**PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO: O CASO DA FEIRA DE CAXIXIS NO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ / BA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Turismo e Hotelaria, da Universidade do
Estado da Bahia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Carmem Lúcia
Castro Lima.

Salvador
2012

**DANILO ARAÚJO
GABRIELA MEDEIROS**

**PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO: O CASO DA FEIRA DE CAXIXIS NO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ / BA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Turismo e Hotelaria como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia.

Banca Examinadora:

Prof.^a Carmen Lúcia Castro Lima – Orientadora
Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia - 2009
Universidade do Estado da Bahia

Prof.^a Myriam Sampaio Freire de Mello Soares – Co - Orientadora
Mestre em Administração e Comércio Exterior pela Universidade de Extremadura/Espanha -
2003
Universidade do Estado da Bahia

Prof.^a Rosana Santana dos Reis
Especialista em Administração Hoteleira pela Universidade Federal da Bahia - 1991
Universidade do Estado da Bahia

Trabalho aprovado em _____, _____ de _____ de 2012.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO	11
2.1	O CONCEITO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL E SEU ENTENDIMENTO NO BRASIL	11
2.2	PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO	15
2.3	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO	18
3	AS FEIRAS COMO PATRIMÔNIO: O CASO DA FEIRA DE CARUARU	22
3.1	HISTÓRICO DA FEIRA DE CARUARU	23
3.2	A FEIRA DE CARUARU E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO	24
4	FEIRA DE CAXIXIS: UMA TRADIÇÃO DE TRÊS SÉCULOS	25
4.1	O MUNICÍPIO DE NAZARÉ/BA	25
4.2	MARAGOGIPINHO E A TRADIÇÃO DA ARTE CERAMISTA	26
4.3	A ORIGEM DOS CAXIXIS	27
4.3.1	A Feira de Caxixis	30
5	A FEIRA DE CAXIXIS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE NAZARÉ E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO	33

5.1	A ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DE NAZARÉ/BA	34
5.2	A IMPORTÂNCIA DA FEIRA PARA O INCREMENTO DO TURISMO EM NAZARÉ/BA	36
5.3	POSSIBILIDADES DA FEIRA DE CAXIXIS SER REGISTRADA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA BAHIA	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela presença constante, pelo auxílio nas escolhas e por nos confortar nas horas difíceis.

Aos nossos pais pelos maiores e melhores ensinamentos de vida, amor e dedicação.

À professora Dr^a Carmen Lúcia Castro Lima pela compreensão, paciência e orientações precisas. Seremos eternamente gratos por sua coragem em nos acompanhar, mesmo sabendo que tínhamos pouco tempo para construir o estudo.

À co-orientadora deste trabalho, professora Myriam Freire, pelo incentivo, confiança e pelo apoio que viabilizou as entrevistas com o Secretário de Cultura e Turismo de Nazaré/BA e com o presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho/BA.

A todos os colegas, amigos e familiares que demonstraram preocupação, muitas vezes expressada através da desconfortante pergunta: E o TCC? Agradecemos por todas as palavras de motivação nos momentos que fraquejamos.

Ao Secretário de Cultura e Turismo de Nazaré/BA, Reinaldo Moraes e ao Presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho, Denisval Santana, pela receptividade, atenção e auxílio.

A todos os professores pelas significativas contribuições que nos proporcionaram ao longo do curso, em especial as professoras Ariadna Bandeira, Rosana Reis e Rosali Fernandes.

Por fim, aos que não foram aqui citados, mas que de alguma maneira ajudaram direta ou indiretamente na construção desta monografia.

A todos vocês, nosso muitíssimo obrigado (a)!

“A função de qualquer cultura é sempre o resultado da participação humana [...]. Estuda-se, evidentemente, a criação, desenvolvimento e transformação do esforço humano para adaptar-se e conquistar o ambiente em que vive” (CASCUDO, 1983, P. 114).

RESUMO

O presente trabalho visa estudar a Feira de Caxixis como atrativo turístico e analisar a possibilidade da mesma tornar-se um patrimônio imaterial da Bahia, a qual é considerada relevante para o turismo no município de Nazaré/BA e fonte de riqueza cultural para a população de Maragogipinho/BA. Propõe ainda uma análise sobre as feiras, em particular a Feira de Caruaru em Pernambuco, registrada em 2006 como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Ao final, fez-se um estudo de caso da Feira de Caxixis por meio das pesquisas descritiva e exploratória, utilizando como instrumento de coletas de dados a entrevista estruturada. Como resultado do estudo foi identificado que a Feira de Caxixis carece de atenção no que tange à sua preservação, mas sem dúvida, é dotada de significados que vão além das relações comerciais, reunindo importantes fatores que podem vir a torná-la um Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial. Turismo. Cultura. Feiras.

1 INTRODUÇÃO

A cultura é uma forma de resgatar a história e as raízes de um determinado local e dentre as suas manifestações mais expressivas destaca-se o artesanato, que é classificado como cultura popular, uma vez que retrata os costumes de um povo através de produtos utilitários e decorativos. É uma maneira de conservar a cultura local, além de ser também um importante elemento gerador de emprego e renda para a população.

Existem vários tipos de manifestações culturais. Entre eles, podem ser citados a literatura, gastronomia, danças regionais, música, artesanato, entre outros. Este último constitui uma das formas mais significativas da tradição de um povo.

Nesta concepção, o assunto que norteia este estudo é Patrimônio Imaterial e Turismo, e para o desenvolvimento deste trabalho, delimita-se como objeto de estudo a Feira de Caxixis. Considerando a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial, o objetivo geral desta pesquisa é estudar a Feira de Caxixis como atrativo turístico e analisar a possibilidade da mesma tornar-se um patrimônio imaterial da Bahia.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa se propôs a verificar a importância socioeconômica do artesanato em cerâmica para os oleiros de Maragogipinho; verificar na Associação de Artesãos e Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho a existência de ações voltadas para a preservação e registro dos caxixis; levantar junto à Prefeitura do Município, os projetos e/ou políticas de incentivo aos Oleiros de Maragogipinho e por último, identificar a importância da Feira de Caxixis para o Turismo de Nazaré/BA.

O estudo é pautado no método de procedimento monográfico devido às necessidades de se obter informações sobre a atividade turística no Município de Nazaré/BA, a produção do artesanato em cerâmica no distrito de Maragogipinho e também por se tratar de um estudo de caso sobre a Feira de Caxixis.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, pois além de colher e analisar dados e levantamentos feitos sobre o assunto, o estudo é fruto de uma tentativa de abordar a questão da preservação e registro do patrimônio imaterial.

No que tange às técnicas de pesquisa, o estudo é desenvolvido por meio de fontes primárias e secundárias. As fontes consideradas primárias são definidas por Andrade (2003) como sendo constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto. São através das fontes primárias que o presente trabalho é originado, ampliando a literatura sobre a feira de caxixis e sua relação com o patrimônio imaterial. Utilizou-se também outros instrumentos, como por exemplo, entrevistas abertas com o

Secretário de Cultura e Turismo de Nazaré/BA, Reinaldo Moraes, e com o Presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho/BA, Denisval Santana dos Santos.

Já a pesquisa realizada em fonte secundária é baseada em documento e/ou bibliografia. Sendo assim, para a realização da pesquisa documental e bibliográfica, foram utilizadas informações que foram coletadas das Secretarias de Cultura e Turismo de Nazaré/BA, livros, revistas e artigos científicos encontrados em bibliotecas públicas da cidade, como a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, as bibliotecas da Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia.

Este estudo se justificativa à medida que o patrimônio cultural imaterial pode ser de extrema utilidade para a atividade turística, Por conter a história de um povo, sua filosofia, seus valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais. E num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural.

Sabe-se da riqueza e diversidade cultural do Brasil e que o turismo cultural vem se destacando cada vez mais, entretanto, a tradicional valorização do modelo “sol e praia” e do litoral como espaço turístico, aliada à valorização do brasileiro em relação a sua história e sua cultura, evidenciam a necessidade da adoção de medidas para desenvolver o turismo cultural. Diversos destinos, apesar de suas potencialidades, não conseguem promover adequadamente o turismo cultural. No Brasil, ainda não existe a consciência do que a cultura e o turismo podem representar para o desenvolvimento, ou se existe, até o momento pouco foi feito para colher os benefícios que supostamente se possa obter.

Com o objetivo de alcançar maior compreensão da relação entre cultura e turismo, considera-se importante entender este último não apenas como movimento de pessoas que implica no uso de serviços de transporte, alojamento e alimentação. Trata-se de um fenômeno complexo, com múltiplas facetas que envolvem aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, sendo uma atividade capaz de propiciar conhecimento, sensibilidade, percepção social, contato com pessoas e várias culturas e que, paradoxalmente, possui alto potencial em impactar negativamente sobre as comunidades anfitriãs.

Considerando esta abordagem da relação entre cultura e turismo, faz-se necessário entender de que maneira o turismo se relaciona com a cultura.

Diante o exposto, o nosso trabalho tem como problema a seguinte questão: Até que ponto, a Feira de Caxixis, contribui para a conservação do patrimônio imaterial e para a atividade turística no Município de Nazaré/BA?

As questões que norteiam este estudo são: A Feira de Caxixis reúne as condições necessárias exigidas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) para tornar-se um patrimônio imaterial da Bahia? A Feira de Caxixis constitui-se de fato um atrativo turístico significativo para o município de Nazaré/BA? Até que ponto a Feira de Caxixis contribui sócio e economicamente para o município de Nazaré/BA e para os oleiros de Maragogipinho?

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: uma introdução; quatro capítulos abordando, respectivamente, uma discussão acerca do patrimônio imaterial e seu entendimento no Brasil, as políticas culturais relacionadas ao patrimônio imaterial e a relação do mesmo com o turismo, uma análise sobre as feiras como patrimônio imaterial no Brasil, tomando como referência a Feira de Caruaru em Pernambuco. Por fim será apresentado um estudo de caso sobre a Feira de Caxixis no Município de Nazaré/BA e a apresentação das considerações finais obtidas.

2 PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO

A palavra **patrimônio**, bem como **memória**, compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos (Ferreira, 2006). Ambas as palavras plurais em sua essência, reúnem uma série de contradições e complexidade quanto a sua definição e ganham cada vez mais espaço no cotidiano. Em relação à memória, Bosi (2003, p. 16) defende que o movimento acadêmico de recuperação dessa área nas ciências humanas pode estar vinculado à necessidade de enraizamento, pois é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidade”.

A palavra patrimônio deriva do vocábulo latino *pater*, pai, não no sentido de genitor, mas de uma figura jurídica definida pelo antigo direito romano, como o senhor, o chefe que detinha propriedade privada sobre a terra e sobre tudo que nela habitava. Patrimônio então é o que pertence ao pai, à pátria, termo que já era utilizado antes da invenção histórica do Estado-nação. O que supõe, nas políticas sobre o patrimônio, a apropriação, por parte do Estado, de bens que carregam algum valor simbólico para a coletividade, sendo representativo de uma época, grupo ou cultura.

O patrimônio é construído socialmente e tem a participação tanto do saber erudito, como do saber de grupos populares. E cada localidade possui sua singularidade como marcas da diferenciação. O turismo capta essas características para torná-las parte da oferta do mercado. Entretanto, a atividade turística pode propiciar o enriquecimento cultural por meio do contato entre diferentes realidades: sensações, experiências, ambientes e paisagens, ou seja, uma vivência diferente da habitual. Na relação entre a população rural e a população urbana pode haver trocas simbólicas de “condições de vida”. Isto acontece desde que o turismo seja implementado com cuidado, revalorizando o cotidiano da localidade e suas manifestações culturais.

2.1 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL E SEU ENTENDIMENTO NO BRASIL

Preservar a memória de fatos, personagens ou manifestações, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas, e se apresenta em cada uma delas das mais variadas formas, de acordo com cada sociedade. Estes construtos são considerados enquanto patrimônios, e atualmente

são alvos constantes de pesquisas, estudos e ações que visam ao seu desenvolvimento, com um aproveitamento maior por parte da sua população, e posteriormente por parte dos turistas.

O mundo ocidental começou realmente a considerar uma visão ampla dos bens patrimoniais em 1972, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando países do Terceiro Mundo reivindicaram e propuseram a realização de estudos como instrumentos de proteção às manifestações populares com valor cultural (GOMES, 2008, P. 168).

Como consequência desta reivindicação, somente em 1989, durante a XXV Conferência da UNESCO, em Paris, o conceito de patrimônio cultural imaterial abrangeu efetivamente a cultura tradicional e popular, fazendo menção de tratamento especial às culturas que não são dominantes, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Até este momento, os bens de natureza imaterial ainda estavam sujeitos aos mecanismos de titulação e proteção postergados aos bens materiais, que obtinham maior visibilidade e chamavam maior atenção uma vez que estavam com a arte e a arquitetura em seu favor. (SANT'ANNA, 2003, P. 50).

Inicia-se então o processo de classificação das diversas formações humanas e culturais, tais como as festas, as danças, as comidas típicas de cada região. Opondo-se ao chamado patrimônio “pedra e cal”, esta concepção passou a visar aspectos da vida social e cultural, e, como sugere o próprio termo, a ênfase recai com maior intensidade sobre os aspectos ideais e de valor dessas formas de vida do que sobre os aspectos materiais. A partir daí, o termo patrimônio cultural passou a ser subdividido então entre material e imaterial, englobando o conceito antropológico de cultura enquanto todo fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores.

Passou-se então a valorizar determinado objeto ou bem patrimonial não apenas pela sua história, ou antiguidade, mas também, e principalmente, apoiando-se em valores e sentimentos de pertença da população em relação ao bem. Vale aqui destacar que tais sentimentos inúmeras vezes não estão ligados a questões monetárias, ou de valor artístico, mas sim por questões muitas vezes subjetivas, mas repletas de sentido.

O artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural entende por patrimônio cultural imaterial:

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003, P. 3)

A conceituação do Patrimônio cultural Imaterial no Brasil acompanha de perto essa formulação. O Decreto Lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. (BRASIL, 2000)

A Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição sistêmica do Patrimônio Cultural Imaterial, entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e ainda “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”. (BRASIL, 2006).

O conceito de patrimônio cultural imaterial é, portanto, amplo, dotado de forte viés antropológico, e abrange potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais. Verifica-se no país a tendência ao seu entendimento e à sua aplicação aos ricos universos das culturas tradicionais populares e indígenas. Tal tendência encontra sua base de apoio em relevantes razões interligadas. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão culturais organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias que diferem e muito dos demais circuitos consagrados de produção cultural e, ao mesmo tempo, a eles articulam-se importantes questões relativas ao desenvolvimento integrado e sustentável (CASTRO; FONSECA, 2008).

Em processos culturais têm, também, larga história. Comportando inúmeras transformações e re-significações, e derivando seus sentidos sempre da atualização em contextos do presente, tais processos culturais podem evocar tanto a continuidade com o passado pré-colonial, como no caso indígena, como a formação dinâmica da chamada cultura popular e do folclore brasileiros configurados em especial desde o último quartel do século XVIII (ANDRADE, 1982, *apud* CASTRO; FONSECA, 2008).

A noção de patrimônio cultural imaterial vem, portanto, dar grande visibilidade ao problema da incorporação de amplo e diverso conjunto de processos culturais – seus agentes, suas criações, seus públicos, seus problemas e necessidades peculiares – nas políticas públicas relacionadas à cultura e nas referências de memória e de identidade que o país produz para si mesmo em diálogo com as demais nações. Trata-se de um instrumento de reconhecimento da diversidade cultural que vive no território brasileiro e que traz consigo o relevante tema da inclusão cultural e dos efeitos sociais da mesma.

Vale observar que a noção de patrimônio cultural imaterial é ela própria, o produto da significativa revisão de ideias relativas a concepções de desenvolvimento, a programas educacionais e de democratização da cultura. Não se trata de garantir o acesso a recursos, informações e instrumentos culturais às diferentes camadas e grupos sociais com base em visões homogêneas e etnocêntricas de desenvolvimento, mas de favorecer não só processos que visam desenvolver e integram as diferentes camadas e grupos sociais, como também produtores de expressões culturais que implica a todos conhecer e valorizar. A noção de patrimônio cultural imaterial é um sensível instrumento nessa direção.

As expressões **patrimônio cultural intangível**, ou mesmo **cultura tradicional e popular e patrimônio oral** recobrem muitas vezes o mesmo universo de significados acima mencionados. O Ministério da Cultura (MINC) e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) optaram pela expressão **patrimônio cultural imaterial**, tendo por fundamento o art. 216 da Constituição Federal de 1988, alertando, entretanto, para a falsa dicotomia sugerida por esta expressão entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio. As dimensões materiais e imateriais do patrimônio são conceitualmente entendidas como complementares (IPHAN, 2006b). Realça-se, todavia, o fato de que a noção de patrimônio cultural imaterial permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não estavam oficialmente incluídos nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido. A noção supõe, assim, o enfoque global e antropológico do patrimônio cultural: a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas tornaram-se

expressões fundamentais na identificação cultural dos povos, constituindo-se objeto de fomento de políticas públicas nesse setor (IPHAN, 2006b).

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

O patrimônio cultural em sua forma imaterial tem forte ligação com o desenvolvimento local, visto que ambos são fontes de reconhecimento e identidade de um povo. Nesse sentido, faz-se necessário a utilização de ações governamentais para o fomento de programas que possibilitem a preservação e o reconhecimento dos mesmos, visando, inclusive o desenvolvimento social, econômico e cultural locais.

As experiências de reconhecimento do Patrimônio Imaterial ainda são recentes no Brasil. O IPHAN aponta em suas diretrizes as políticas de fomento do “Plano Nacional de Patrimônio imaterial”, ressaltando a importância em “ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio” (IPHAN, 2006b).

Contudo, a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história, mas a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter permanente, datam do século XX (CALABRE, 2007). Dentre essas ações pode ser destacada a criação, no ano de 1937, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Desde então, as políticas culturais no Brasil privilegiaram as frentes patrimonialistas que direcionavam as suas ações ao chamado patrimônio de “pedra e cal”, constituído por edificações, monumentos, obras de arte. A formulação e a implementação dessas políticas pelo SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, não atendia às expectativas dos grupos detentores de saberes e fazeres, constituídos como bens culturais de natureza imaterial (BELAS, 2005, p. 35).

Outro aspecto fundamental para a compreensão deste trabalho é a noção de “salvaguarda”. Entende-se que são as medidas que visam assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, que compreendem a identificação, a documentação, a pesquisa, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão, essencialmente pela educação formal e não formal, assim como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada pela UNESCO em Paris, no dia 17 de outubro de 2003, foi ratificada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 5.753/2006. Com base nessa legislação, instaura-se o conjunto de

políticas públicas de cultura que configuram o contexto contemporâneo do Patrimônio Cultural Imaterial. (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003).

Na atualidade, os discursos dos órgãos ligados ao campo da Cultura, buscam o reconhecimento e a preservação das diversas manifestações de culturas populares e tradicionais do Brasil, através da política federal de salvaguarda, constituída pelos instrumentos de inventário, registro e salvaguarda, este último constituído, principalmente, pelos Planos de Salvaguarda.

Tais Planos podem ser definidos como um conjunto de “[...] ações que contribuem para a melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão de bens culturais imateriais” (IPHAN, 2006b). Esses instrumentos, adotados pela política federal de patrimônio cultural imaterial do Brasil, foram desenvolvidos a partir da experiência do programa de Proclamação das Obras-primas que exigia que “[...] as candidaturas apresentadas à UNESCO fossem acompanhadas de Planos de Ação contendo as iniciativas destinadas a fortalecer comunidades e indivíduos detentores das expressões que almejavam o título de patrimônio da humanidade” (CARMO, 2010, *apud* SANT’ANNA, 2008, p. 3). O conjunto de políticas voltadas para o patrimônio cultural imaterial tem como principais instrumentos o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e os Planos de Salvaguarda.

O registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal que, “resguardadas as suas especificidades e alcance, equivale ao tombamento. Em síntese: tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem” (IPHAN, 2006b).

Na visão do IPHAN, o registro:

[...] corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. (IPHAN, 2006b, P. 22).

As propostas de registros definem-se no movimento coletivo da própria sociedade e após serem recebidas pelo IPHAN e avaliadas em caráter preliminar, se julgadas procedentes, são encaminhadas para instrução dos processos de registro. Consta de descrição minuciosa do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente. Pode ser feita por outro

órgão do Ministério da Cultura, pelas unidades regionais do IPHAN ou por entidade pública ou privada que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria.

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes torna-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é primordial na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda.

Além do Registro, destaca-se o “Inventário Nacional de Referências Culturais”- INRC, uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN que tem como objetivo a identificação e a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial. Esses instrumentos, como parte do plano de ações de salvaguarda, auxiliam a formulação de políticas públicas na área.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) criado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 2000, tem como objetivo viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Sua ação constitui-se em fomento e estabelecimento de parcerias com vários tipos de instituições relacionadas à cultura, ao financiamento e à pesquisa.

Quatro livros para registro dos tombamentos foram criados: 1- livro dos saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2- livro das celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 3- livro das formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e 4- livro dos lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Os planos de salvaguarda são compreendidos como uma forma de apoio aos bens culturais de natureza imaterial, buscando garantir as condições de sustentação econômica e social. Atuam, portanto, no sentido da melhoria das condições de vida materiais, sociais e econômicas que favoreçam a vivência do grupo produtor, a transmissão e a continuidade de suas expressões culturais, além de estarem articulados aos processos de inventário e registro.

Durante esses processos, o conhecimento produzido sobre os modos de expressão e organização própria das comunidades envolvidas permite identificar mecanismos e instrumentos locais de transmissão do bem cultural e, a partir daí, identificar as formas mais adequadas de salvaguarda. Esse conhecimento e sua valorização estão na base, portanto, dos

instrumentos que visam favorecer a manutenção dos mecanismos de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais.

É sabido que o turismo se relaciona com as manifestações culturais em suas diversas formas, assim como os agentes culturais também se utilizam do turismo para intensificar sua demonstração e buscar a promoção de sua localidade. A cultura, segundo Corrêa (1999) é um conjunto de técnicas, saberes, atitudes, ideias e valores, apresentando componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos, que são transmitidos e/ou inventados, formando sistemas de relações entre os indivíduos, mas expressos diferentemente por cada um. Os valores e crenças são expressões que permitem compreender como certos grupos sociais se organizam no ambiente em que vivem.

Assim, as características básicas ou fundamentais do turismo cultural se expressam por suas motivações, cujos alicerces se situam na disposição e no esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações.

Na delimitação conceitual do turismo cultural, o termo cultura é natural, puro e amplo, pois abrange tanto a cultura própria do turista como o conjunto de hábitos, ideias e criações que ele pode assimilar ou não, em seu contato com novas realidades e convivências diferentes.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

As pessoas, desde a antiguidade, têm se deslocado para lugares com o propósito da contemplação de monumentos, museus e festivais, deslocamentos estes motivados por uma curiosidade de ordem cultural como praticamente em toda viagem. O Turismo por motivação cultural pode ser considerado como um dos mais antigos geradores de viagem, uma vez que ao deslocar-se o viajante entra em contato com outras culturas.

O conceito de patrimônio cultural com reconhecimento jurídico e político esteve fortemente ligado à formação das identidades nacionais com o desenvolvimento do estado moderno; desta forma os monumentos e coleções foram convertidos em patrimônio da nação para a educação dos cidadãos.

Atualmente, o patrimônio cultural adicionou a este valor simbólico e estético um valor econômico, com seu emprego associado ao turismo. Essa relação tem recebido atenção dos órgãos internacionais como a UNESCO e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), pelo fato desse patrimônio cultural ser um forte atrativo para turistas que querem contemplar monumentos, festas e festivais, bem como vivenciar os lugares, o que provoca

efeitos econômicos, sociais e culturais para as comunidades e cidades visitadas. Esse patrimônio representa para o mercado aquilo que no passado representou para a nação (ARANTES, 2004).

Esse reconhecimento do valor de mercado do patrimônio está expresso nas Normas de Quito, onde está estabelecido que o valor econômico é um valor de troca atual capaz de evitar riscos de desaparecimento provocados pelo abandono e falta de proteção, surgindo o turismo como atividade capaz de reverter essa situação. Este, é descrito nas Normas de Quito como uma ferramenta de preservação do patrimônio, sem que isso leve à sua desnaturalização. Essas Normas foram atualizadas pela Carta do Turismo Cultural (COSTA PEDRO E DIAS, 2008, *apud* ICOMOS, 1976), na qual o turismo é visto como fenômeno capaz de exercer um efeito positivo sobre o patrimônio porque contribui para sua conservação de forma sustentável.

Os bens culturais devem ser tratados com responsabilidade, pois constituem componentes do produto turístico. E a manutenção da identidade das comunidades receptoras, é estimulada pelo turismo. Sob uma perspectiva sistêmica, não está isolado dos ambientes políticos, natural, econômico ou sociocultural. A compreensão do sistema turístico, o processo de avaliação dos impactos positivos e negativos, a projeção de cenários e o exame de tendências futuras etc. articuladamente com os ambientes citados, só são possíveis através do conhecimento do mesmo em um determinado destino.

Deve-se encarar o fenômeno do Turismo de forma multidisciplinar, antes de se delimitar uma definição para entendê-lo. Devido à complexidade da atividade, é difícil encontrar uma definição exata para o mesmo, até porque possui envolvimento com outras áreas do saber. Turismo é movimento de pessoas que optam por visitar lugares em função de suas expectativas, devaneios, fantasias, motivações, que podem ser construídos e mantidos por meio de notícias, revistas, televisão, modismos, imagens, pela mídia em geral e por outros fatores.

Todavia, não é só isso que faz um turista se deslocar de seu local de residência até determinado atrativo. O turismo diz respeito, essencialmente, à experiência do lugar. O produto do turismo não é o destino do turista, mas diz respeito à vivência daquele local e do que ali ocorre [o que consiste de] uma série de interações internas e externas.

O turismo precisa da cultura para sobreviver, mas esta pode não sobreviver com o Turismo, tornando as ligações entre ambos fortes e delicadas. Nesse sentido, a própria existência do turismo elimina a possibilidade de experiência cultural autêntica. Além disso, muitos estudiosos e profissionais afirmam que o Turismo é a “materialização dos sonhos”, e

que não se sabe quais sonhos são esses e se eles acentuarão ou não os problemas sociais advindos do caráter processual/sistêmico do turismo.

A atividade turística moderna emerge, também, de um ambiente romântico de descobertas e de construção de valores que buscam memorizar o passado, lembrá-lo, apreendê-lo, guardá-lo. [...] A atividade turística hoje apresenta uma setorização maior e mais ampliada, é mais segmentada, em que o atrativo artístico-histórico-cultural é ainda substrato essencial da mesma. Sendo assim, a “força” emanada por um objeto (atrativo turístico) sobre o indivíduo causando-lhe admiração, sendo ela a “ponte” entre o atrativo e o sujeito é definida como atratividade turística. Essa força, se apresentando no sentido de satisfazer a necessidade do indivíduo, é capaz de gerar motivação cada vez mais persuasiva (OLIVEIRA, 2006).

A motivação nunca é despertada sem a atratividade, que independe da mesma. Esse estímulo deve ser gerado pelos operadores do Turismo ou outros profissionais através de múltiplos recursos e possibilidades, levando-se em conta os direitos e desejos do consumidor. Ao se compreender as motivações de um turista, torna-se possível delimitar o perfil de um segmento de mercado que se interessa por uma experiência de viagem voltada para o aprendizado, para a conscientização e o enriquecimento cultural.

As trocas culturais que ocorrem entre os agentes envolvidos na atividade turística, leiam-se os visitantes, os moradores, políticos, empresários que trabalham e se relacionam diretamente ou não com os visitantes, devem ter como núcleo de conduta o respeito pelo outro. É preciso observar que ao se falar de manifestações culturais, o turismo não está lidando apenas com uma simples mercadoria, como um cartão-postal, por exemplo, mas sim de uma gama de símbolos e significados que são construídos em busca da formação da identidade do local (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2006).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO estabeleceu em 2003 um critério que visou à diferenciação das manifestações culturais, através da seguinte classificação:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do patrimônio cultural imaterial;
- b) Artes do espetáculo;
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza;

e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

De acordo com o Ministério do Turismo (2006), a associação do turismo e bens culturais, produto do processo cultural, que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca, requer ações que as valorizem e promovam ao mesmo tempo em que é mantida sua dinâmica própria e sua permanência ao longo do tempo. Ações que valorizam e promovem o patrimônio imaterial significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar-lhes o acesso e o usufruto, contribuindo para o apreço à sua identidade e memória (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2006).

O patrimônio imaterial não é somente um atrativo turístico, mas um elemento capaz de destacar, preservar e oferecer subsídios para compreender a identidade cultural de cada comunidade, fonte que a impulsiona a uma cultura compartilhada, a experiências vividas entre pessoas de diferentes localidades e vivências, e, assim, deve ter seu significado respeitado.

Portanto, a relação entre patrimônios culturais e turismo deve fundamentar-se em dois pilares: tanto na existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas, como também na possibilidade de que o turismo sirva de instrumento de valorização da identidade cultural, através da preservação e conservação do patrimônio em questão.

3 AS FEIRAS COMO PATRIMÔNIO: O CASO DA FEIRA DE CARUARU

O importante papel que as feiras vêm adquirindo ao longo da História ultrapassa seu caráter comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregam-se estabelecendo laços de sociabilidade. Na atualidade, mesmo com a busca da manutenção e da conservação de algumas tradições, é quase impossível que elas se mantenham vivas, com o passar do tempo, sem alterações. Porém, com o capitalismo se instalando acentuadamente, e com os grandes supermercados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a ideia de espaço local de compras, vendas, trocas, consumo e entretenimento (ARAÚJO; RAMEH, 2004).

Sendo assim, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço comercial e social onde, por meio das diversas transformações que nela ocorrem, desde a localização geográfica aos produtos comercializados, além das formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos labirintos das feiras.

Nesse sentido podemos ver as feiras enquanto fenômeno inserido no contexto da globalização, com estratégias de continuidade e de adaptação que o homem exerce frente aos impactos gerados pelo mundo globalizado da atualidade. Exemplo disso pode-se verificar na chancela do Estado em registrar essas feiras como patrimônios Imateriais do Brasil.

Tal procedimento iniciou-se com a Feira de Caruaru em Pernambuco, que recebeu o registro no ano de 2006, por ser considerada parte integrante do universo do conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela possui setores com densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantêm inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo tudo o que se possa imaginar e sendo um ponto de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga.

Segundo o Iphan (2006), os fatores que influenciaram no Registro da Feira de Caruaru como Patrimônio Imaterial de Pernambuco foram: a Feira enquanto lugar, pois se tornou a expressão maior da cidade, um ponto de encontros culturais; a antiguidade histórica da Feira e a relação de todos os atores componentes da Feira com a mesma, originando e estruturando relações socioculturais.

3.1 HISTÓRICO DA FEIRA DE CARUARU

Os primeiros registros do que atualmente é a Feira de Caruaru surgiram no século XVIII, com a transformação da fazenda Caruru em ponto de pernoite de boiadeiros, tropeiros e mascates, que percorriam o Estado.

Com isso surgiu o comércio de itens e serviços ligados ao gado, dando origem à feira. A cidade surgiu no entorno da feira. O lugar ganhou ainda mais importância com a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em 1781, o que fez da região um atrativo para os habitantes dos arredores.

As festas religiosas também foram fatores importantes para impulsionar o crescimento da feira e do município. Ao longo dos séculos XIX e XX, com a chegada da estrada de ferro da Rede Ferroviária do Nordeste e mais tarde as rodovias, Caruaru se tornou o pólo comercial mais importante da região (IPHAN, 2006).

Durante mais de 200 anos a feira se tornou ponto de encontro de comerciantes de vários Estados nordestinos e também local de trabalho para cordelistas, violeiros e vários outros artistas que fazem parte da cultura nordestina. É nela, segundo o cantor e compositor Onildo Almeida, autor da música Feira de Caruaru, tornada popular por Luiz Gonzaga, onde de tudo se pode encontrar. Hoje pode ser considerada uma feira universal, onde o tradicional “mangaio” se mistura com os produtos “importados”, formando um retrato vivo e mutante da cultura popular.

A feira de Caruaru sempre ainda é a grande oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de elevada atração e ocasionou o seu crescimento desmedido. Instalada durante mais de dois séculos no centro da cidade, a feira foi transferida para uma área que conta com mais de 3 km e agrega mais de 2500 barracas e bancos oferecendo os mais variados produtos, e é onde está localizada até hoje. Atualmente encontra-se desdobrada em, pelo menos, três outras: a Feira do Gado, há dez anos considerada a maior do Brasil; a Feira do Artesanato; e a chamada “Feira Livre”. Nesta última, encontram-se as tradicionais áreas de venda de frutas e verduras; de raízes e ervas medicinais; de calçados, artigos de couro e de ferragens; de fumo; de bolos, gomas e doces e de confecções populares ou “feira de roupas”. A esses setores de permanência mais antiga, juntaram-se também as chamadas “feiras” de flores e plantas ornamentais; de artigos de cama, mesa e banho e a chamada “feira” do Troca-Troca, onde, por meio de escambo, objetos usados são trocados por outras mercadorias (IPHAN, 2006).

3.2 A FEIRA DE CARUARU E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

Caruaru, historicamente, tornou-se um celeiro de artistas, músicos, escritores, poetas e artesãos, e sedia o maior centro de artes figurativas das Américas, o Alto do Moura, que reúne cerca de 200 artesãos que dedicam-se à arte da cerâmica. No local, está situado o Museu do Mestre Vitalino, na casa onde viveu o mais famoso ceramista do Nordeste.

Uma das maiores festas de São João do Brasil é realizada na cidade, com as comemorações durando cerca 30 dias seguidos, reunindo milhares de pessoas em um dos eventos mais conhecidos do país, impulsionando o turismo e a economia locais. No período, centenas de barracas são montadas cercando as principais praças para a venda de artefatos de São João e comidas típicas. Neste contexto é importante destacar o Pátio de Eventos Luiz Gonzaga, onde está a Vila do Forró. Atualmente, os trios elétricos também fazem parte das noites juninas de Caruaru, além de apresentações de bacamarteiros, reunião de atiradores de bacamarte, sob direção geral de um comandante, divididos em batalhões subordinados a sargentos que, durante os festejos juninos e natalinos, deflagram grandes cargas de pólvora seca em homenagem aos santos padroeiros, acompanhados por bandas de pífano ou zabumbas, além dos concursos de quadrilhas.

Diante da preocupação atual de expandir o turismo no Brasil, a Feira representa um importante meio para divulgar e atrair novos visitantes à cidade e ao Nordeste, consolidando-a como polo regional. Ela caracteriza de forma espontânea e típica a cultura nordestina aguçando a curiosidade dos turistas e fortalecendo as potencialidades culturais. É o atrativo diferencial ao setor turístico pernambucano, pois pode aumentar o período de permanência de visitantes, traduzindo-se em lucro para o setor.

O setor da Feira mais procurado pelos turistas é o do Artesanato, que atrai milhões de pessoas todos os anos para conhecer a diversidade cultural de Pernambuco. O equipamento foi imortalizado na canção “A Feira de Caruaru”, de Onildo Almeida, gravada por Luiz Gonzaga em 1957. No mesmo setor está localizado o Museu do Cordel, uma homenagem ao cordelista caruaruense Olegário Fernandes, que descreveu a história do homem nordestino de forma poética. O acervo do museu conta com centenas de títulos e ainda máquinas de xilogravuras que reconstituem o processo criativo dos artistas.

A Feira conta também com a Casa de Cultura José Condé, que possui sala de exposição, biblioteca, auditório, museu e salas de leitura e música. O local reúne um grande acervo com a história do escritor caruaruense José Condé, um dos mais influentes do Nordeste brasileiro.

4 A FEIRA DE CAXIXIS: UMA TRADIÇÃO DE TRÊS SÉCULOS

A tradição da existência da Feira dos Caxixis perdeu-se no tempo e ninguém sabe quando começou. Segundo a opinião de muitos, entre os quais está o poeta, folclorista e historiador nazareno Anísio Melhor (1936, *apud* LEAL 2006), data presumivelmente mais de três séculos. O costume do comparecimento para vender o artesanato tem passado de pai a filho como também a tradição artesanal da cerâmica. A tradição popular conta que um oleiro chamado Patrício, natural da Vila de Maragogipinho, município de Aratuípe, numa Sexta-feira Santa subiu o rio Jaguaripe levando uma canoa cheia de objetos de barro feitos à mão para vendê-los em Nazaré. O sucesso das vendas foi tão grande que no ano seguinte ele voltou, desta vez acompanhado de vários outros oleiros. Iniciava-se, assim, uma tradição trissecular e que possivelmente é o mais antigo evento ceramista do país. Ainda hoje, os produtos de cerâmica são produzidos no distrito de Maragogipinho e adjacências. Originalmente comercializavam-se apenas miniaturas feitas de barro, hoje, são vendidas variedades de produtos cerâmico-artesanais.

A cidade de Nazaré durante a Semana Santa recebe artesãos e visitantes de inúmeras partes do país e até do exterior. A Feira de Caxixis tem início na Quinta-feira Santa terminando no Domingo de Páscoa.

O acontecimento é um misto de feira e festa, chegando ao auge de movimentação na noite de Sexta-feira Santa. Mas, desde a quarta-feira já se encontram alguns oleiros com seus lotes de peças em exposição, - antigamente em esteiras estendidas, - hoje em prateleiras ornamentadas pela comissão dos festejos, expondo os produtos nos principais pontos da Praça Cel. José Bittencourt, onde estão localizados o histórico prédio dos Arcos e o velho casarão do então Hotel Colombo, ambos a poucos metros do cais e da ponte Peltier de Queiroz que atravessa o Rio Jaguaripe.

4.1 O MUNICÍPIO DE NAZARÉ / BA

O povoamento da região do Jaguaripe foi feito, primeiramente, por “abastados colonizadores portugueses”, tais como Antônio Ribeiro, Gabriela Soares, Diogo Correia e Fernão Cabral de Ataíde. Este foi o primeiro a penetrar no Município de Nazaré, onde funda um engenho e uma capela. A notícia do aparecimento, no povoado, da chamada Virgem de Nazaré, veio a contribuir para o início de romarias, atraindo, por conseguinte, o povo. No século XVII, ergue-se uma capela que recebe a invocação de Nossa Senhora de Nazaré.

Naturalmente, em torno desta, forma-se a povoação denominada Nazaré, a qual, em 1753, é elevada à categoria de freguesia. Em 1831, a freguesia de Nazaré, pelo seu desenvolvimento, é promovida a vila, com o nome de Nossa Senhora de Nazaré, sendo o seu território desmembrado de Jaguaripe. Já em 10 de novembro de 1849, através da Resolução Provincial nº 368 a vila de Nossa Senhora de Nazaré passa à categoria de cidade, com o título de Constitucional Cidade de Nazaré (LEAL 2006)

A partir do século XVIII e início do século XIX, a cidade de Nazaré cresce do ponto de vista comercial e social. Sua indústria principal é a do fabrico da farinha de mandioca. Seus terrenos férteis são aproveitados por diferentes lavouras, sendo seu solo rico em diversos minerais, principalmente o ferro.

Nos meados do século XIX, o movimento industrial de Nazaré desenvolve-se cada vez mais. Além da principal lavoura, a plantação de mandioca, registra-se também a presença de engenhos de açúcar, destilarias e algumas “engenhocas” para fazer rapadura além de uma fábrica de charutos. Nesta época, o município já tinha uma estrada comunicando-se com Santo Antônio de Jesus e Amargosa.

Nazaré foi, sem dúvida, o primeiro ponto mais importante da Província, depois de Santo Amaro, tanto pela riqueza natural do seu solo e porto marítimo, como pela capacidade de trabalho de seus habitantes. Estes se dedicam às indústrias, ao comércio e, em grande escala, à lavoura. É sensível a diferença progressiva que a cidade apresentou ao longo dos anos: melhoramentos públicos, particulares, asseio, ascensão crescente do comércio e da agricultura.

4.2 MARAGOGIPINHO E A TRADIÇÃO DA ARTE CERAMISTA

Elevado à categoria de distrito desde 1938, Maragogipinho se encontra no município de Aratuípe, antigo aldeia de Santo Antônio organizada no século XVI para catequese dos índios e oposição à tribo dos Aimorés. Hoje, guarda as mesmas características do pequeno povoado, há mais de meio século. As diferenças são o calçamento, exceto junto às olarias, que dobraram de número, assim como a sua população, mas que continua a se dedicar quase que inteiramente à atividade com o barro. Suas casas distribuem-se em ruas que convergem para o largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, aberto para o rio e para as olarias. Este é também o sentido de todos que chegam a Maragogipinho. Debruçadas sobre o mangue de um braço do rio Jaguaripe, em áreas aterradas com areia de praia, barro arenoso, cascalho e cinza dos fornos (daí a cor escura do chão), as olarias distribuem-se ao longo da sua margem

esquerda, regendo a vida econômica e social do lugar. A pesca artesanal, com o uso da tarrafa e de canoas, é a outra atividade econômica de Maragogipinho, à qual se dedicam apenas cerca de 10% da população que, segundo o Sr. Denisval Santana, presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho, soma atualmente em torno de 3.000 habitantes.

Quatro escolas municipais do ensino fundamental atendem atualmente à população.

Há pouco mais de dois anos, segundo os mestres oleiros, intensificou-se a migração oriunda de outras regiões do estado. Os recém-chegados logo vão se engajando na produção da cerâmica como ajudantes, muitas vezes até constituindo suas próprias pequenas olarias na periferia, onde a produção passou a se concentrar nos cofres-porquinhos, que substituíram os tradicionais mealheiros, ainda hoje fabricados por alguns artesãos.

4.3 A ORIGEM DOS CAXIXIS

Segundo o folclorista, escritor e historiador nazareno Alexandre Lopes Bittencourt (1951, *apud* LEAL, 2006, P. 77) no seu trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Folclore, o caxixi é “**tudo pequeno, destinado ao enlevo e à alegria dos meninos**”. Entre todas as peças do gênero caxixi, destaca-se o tradicional **criadinho mudo**, sempre procurado pelas meninas para ser colocado à cabeceira da cama de suas bonecas. Pelo sentido de curiosidade que desperta, como por sua originalidade, o que lhe dá certa função decorativa, o caxixi não deixa de interessar, também, aos adultos.

Apesar de a peça de barro em miniatura ser uma espécie de arte-popular encontrada em diversos pontos do país, foi na Bahia que mais se vulgarizou e se revestiu de tipicidade, a ponto de constituir uma manifestação específica e particularmente denominada **caxixi**. As suas origens, segundo alguns estudiosos, devem estar ligadas à tradição oleira de Portugal.

A referência faz pensar que essas miniaturas portuguesas sejam de formato bem menor que o do caxixi baiano, pois só assim com elas se poderiam formar colares; mas fora este ponto divergente, o resto é estreitamente semelhante, inclusive na tradição de ser utilizado como presente de namorados. (BITTENCOURT, 1951, *apud* LEAL, 2006, P. 77)

Nada impede que também se suponha alguma relação entre o caxixi outrora chamado “Louças de Deus”, as quais, durante os séculos XVIII e XIX foram bastante divulgadas, principalmente no Rio de Janeiro. (BITTENCOURT, 1951, *apud* LEAL, 2006, P. 77)

A possibilidade da relação não está propriamente na louça-de-barro feita pelo escravo, mas nos objetos que confeccionaram recortando o fruto da cabaceira. Geralmente eram peças

de tamanho reduzido: moringuinhas, pratinhos, jarrinhas, etc., como ainda hoje não raro encontramos pelo interior. (BITTENCOURT, 1951, *apud* LEAL, 2006, P. 77)

No intuito de poder explicar a origem do caxixi, os estudiosos não acharam mais do que essas duas fontes. Da primeira, conclui-se que essas miniaturas de barro representam uma velha tradição na arte popular portuguesa. Pela segunda sabe-se que objetos semelhantes eram confeccionados no Brasil, pelos escravos, a partir do corte de cabaças. Se alguma hipótese há de levantar, prefere-se o apoio da primeira. De fato parece razoável considerar o caxixi como manifestação específica da cerâmica popular, resultante da influência colonizadora que, como as demais, em grande parte se desfiguram, adquirindo, inclusive, denominação nativa.

A palavra tem sido mencionada com reservas de mistério e insegurança quanto a sua formação e seu uso para denominar um determinado tipo de cerâmica. Pelo que se imagina, até hoje, apenas a escritora Cecília Meireles esboçou uma tentativa de explicação para a “misteriosa palavra”, como ela mesma diz. A ilustre folclorista supõe a possibilidade de o termo “caxixi” haver derivado de “cochicho” – apitos feitos de barro, já usados em Portugal, que cheios d’água, quando soprados, imitam a voz do pássaro do mesmo nome de “cochichos”.

Primeiro, diga-se de passagem, que assovios são muito usados na famosa Feira. Não propriamente o “cochicho”, mas assovios de barro com a forma de uma chave. Por outro lado a palavra caxixi tem na língua portuguesa outra significação, indicando a aguardente ordinária, de 14 a 18 graus.

Talvez quanto ao vocábulo significando miniaturas de louça de barro, é a de que seja derivado de caxixe – termo regional do Sul da Bahia, empregado para indicar logro, esperteza e coisa semelhante.

Assim, a palavra não surgiu diretamente ligada à louça e sim, à grande Feira que todos os anos, durante a Semana Santa, se realiza em Nazaré para vendê-la.

Uma das mais tradicionais atitudes populares durante a feira era justamente furtar a louça. Isto era uma diversão de praxe, característica mesmo do acontecimento. Enquanto compravam muitos procuravam confundir o vendedor, tumultuando a escolha, trocando, separando peças; aproveitavam-se da confusão, motivada pela aglomeração de pessoas sobre o lote de objetos, sem que o vendedor, atordoado pelo movimento pudesse prestar atenção a todos.

Alexandre Lopes Bittencourt (1951), grande conhecedor da feira, afirma que com o passar dos anos, os roubos de louças praticados por meninos e rapazes, passaram a gerar conflitos.

Esta é a exceção, contudo verdadeira e não muito rara. O normal era conversar com tranquilidade com o vendedor, sendo o mesmo vendedor furtado duas ou três vezes pela mesma pessoa. O tumulto, quando ocorria, dava oportunidade às crianças e a molecada roubarem a louça acintosamente e fugir aos gritos de “pega-pega”. O mesmo não acontece com aqueles que se esmeram na arte de furtar, dos quais aparecem na feira verdadeiros mestres, que ainda se tornam amigos do feirante. Hoje, o costume vai aos poucos desaparecendo (LEAL 2006)

É dessa forma praticado o furto do “caxixi” com todas as suas peculiaridades, expressando, com requintes, a habilidade do “caxixeiro” – como também se chamavam no Sul da Bahia, especialmente em Ilhéus e Itabuna, aqueles que iludem a outrem nas transações e negócios de dinheiro e terras.

Do exposto, parece perfeitamente lógica a conclusão de o termo “caxixi” não haver sido originariamente aplicado ao artesanato, mas à feira, como derivado por modo errado de escrever ou falar a palavra “caxixi” – Feira de Caxixi – e, por extensão, passando a designar a espécie de cerâmica nela comercializada com prioridade.

A louça de barro produzida em Maragogipinho divide-se, no conceito dos artífices, em dois grandes grupos: “Louça Grossa” e “Miuçalha”. A “Louça Grossa” compreende as peças maiores, via de regra com decorações compostas de derivações de espirais ou motivos florais, podendo-se incluir neste grupo as moringas pintadas com tinta-esmalte. Já o grupo da “Louça Miuçalha” compreende as peças menores, onde estão inclusos os famosos “caxixis”.

Sobre os recursos tecnológicos dos oleiros de Maragogipinho, o equipamento resume-se na “roda” – torno ampliado em bancada e não apenas o prato giratório – e um pedaço de bambu servindo como ferramenta auxiliar da operação de torneagem.

A decoração da cerâmica de Maragogipinho apresenta-se de duas maneiras: pintada com tinta-esmalte e pintada com tauá. Ao fazermos uma rápida análise destas duas espécies de pintura, verificamos que ambas nitidamente correspondem a duas influências diferentes. Dos motivos ornamentais pintados com tauá, os mais característicos são os que aparecem nos potes, nos porrões, nos alguidares e em alguns cacos-composição baseadas em arabescos espiralados que deixam quase expressas a sua origem nos motivos serpentiformes da arte indígena, aliás, peculiares às tribos que habitaram os sertões baianos. Não raro também, “abrem uma rosa” (como dizem) – motivo baseado na flor, parecendo apresentar evidente inspiração europeia.

Atualmente, conforme já falado, iniciaram uma fase nova com a pintura que denominam “funcional” e que pode ser conseguida com a imersão e o rolamento da peça num

tabuleiro onde se misturam esmaltes de várias cores ou pelo escorrimento destes mesmos esmaltes de maneira irregular pela superfície da peça.

No conjunto dos artigos manufaturados em Maragogipinho, a “miuçalha”, englobando os caxixis, coloca-se em segundo plano na avaliação do interesse econômico – comercial, melhor dizendo – que venha a ter para as olarias. Não obstante jamais deixou de ser produzido porque sempre encontrou aceitação no mercado e vale para os oleiros como um recurso de enchimento de forno. Tem um consumo reduzido, pois são poucas as peças do gênero capazes de atender a uma finalidade utilitária. A grande maioria, quase totalidade, tem fins decorativos ou lúdicos, destacando-se com proeminência o caxixi propriamente dito.

Faz-se uma ressalva porque atualmente generalizou-se a denominação caxixi para todas as peças que os oleiros de Maragogipinho consideram como integrantes da “miuçalha”, quando até mesmo para eles o caxixi verdadeiro é um produto dentro do grupo de peças menores que as demais, com nítidas características de miniaturas e raramente decoradas com tinta esmalte (ao contrário de “miuçalha” em geral), pois via de regra são vidradas, apresentando uma cor só.

Enfim, conclusão lógica de tudo isto está no sentido da tipicidade da cerâmica de Maragogipinho, o qual, em termos comerciais, poderia ser classificado como “linguagem da mercadoria”.

4.3.1 A Feira de Caxixis

A Quarta-Feira da Semana Santa – chamada pelos mais antigos “Quarta-Feira Maior” é o primeiro do início da Feira de Caxixis. Apenas aqueles visitantes mais antecipados vão ver as novidades chegadas, procurando adquirir logo as peças originais e aproveitar para apreciar a abertura da Feira dos Caxixis. Entretanto, existem vendedores que não abrem seus fardos de esteiras e cestos com a louça embalada. Vieram unicamente com o intuito de se instalarem nas barracas e ali ficam dia à noite, revezando-se com os sócios ou ajudantes – parentes em geral, aguardando o maior fluxo de compradores. (LEAL, 2006)

Ao correr do dia aportam a todo instante canoas e saveiros – hoje em fase de extinção, substituídos por caminhões e automóveis, descarregando a louça trazida de Maragogipinho. Tempos atrás nesse mesmo dia, à noite, começava a algazarra ensurdecadora dos apitos comprados pelas crianças. Estes apitos, com o formato parecido ao de uma chave, dos quais os feirantes trazem sacos ou caixotes para vender, são tradicionais na feira e a sua venda em

larga escala resultava num atordoador fundo musical para o acontecimento, o que não acontece com frequência na atualidade.

Na manhã de Quinta-Feira mais louça vem chegando. Área bem maior já ocupada na praça e o povo começa a convergir para o local. Alguns oleiros chamam os visitantes, querendo lhes mostrar as peças e há quem já comece a vender. No geral as pessoas vêm mais para olhar, perguntar preços, enfim, para ter uma impressão geral da feira.

Ao cair da tarde do mesmo dia, a praça já está cheia de louça e repleta de gente (figura 1). A feira já começou propriamente e ao redor dos vendedores curvam-se os grupos de pessoas comprando ou examinando a louça exposta, enquanto os pais com seus filhos encantam-se com o colorido da miuçalha e querem comprar tudo que vêem. Há os que vendem muito, os que vendem pouco e os que não vendem nada. (LEAL, 2006)



Figura 1 – Barracas da Feira de Caxixis

Disponível em: <http://viajecomprazer.blogspot.com.br/2012/04/feira-dos-caxixis-nazareba.html>

Acesso em: 19 jul. 2012

Essa é a melhor hora para se “correr a feira” e, talvez, melhor dia, porque se tem oportunidade de escolher as melhores peças logo à chegada, sem o tumulto do dia seguinte.

A Sexta-Feira Santa é o último e grande dia da Feira de Caxixis. Não é muito diferente dos demais, a não ser pelo movimento que atinge o auge, começando pela manhã e terminando alta madrugada. As solenidades sacras da “Procissão do Senhor Morto” atraem gente de todas as localidades vizinhas – principalmente na atualidade, quando um grupo de teatro composto de dezenas de jovens representa a “Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

O povo de Maragogipinho acorre a Nazaré, se integrando no comércio da cerâmica. À tarde, muitos feirantes já venderam quase todo o estoque, enquanto outros se lastimam por não terem ido bem nas vendas e, por falta de quem os ajude, então baixam os preços. O caxixi que antes era vendido a um real cai para cinquenta centavos. Trata-se a luta da concorrência e ecoam os pregões.

Repentinamente a feira parece que se interrompe. O povo quase todo deixa a praça e o silêncio se faz. São seis horas; tocam os sinos da Matriz anunciando a saída da “Procissão do Enterro”. Depois o “Beija-pés”, e só lá pelas oito horas a multidão retorna. Aí, então, a feira vira festa que não tem hora para terminar, indo ao raiar do dia seguinte. Pode-se dizer que toda a cidade converge para a praça e ali, emaranhando-se em um vaivém incessante por entre as barracas uns compram, outros apreciam (LEAL, 2006).

5 A FEIRA DOS CAXIXIS COMO PATRIMONIO IMATERIAL DE NAZARÉ E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

Segundo Wainberg (2003), num mundo globalizado, onde as distâncias parecem diminuir a cada dia, o que continua atraindo os visitantes é a diferença. Para o autor, o turismo vende o produto “estranho”, em que a cultura, a geografia, a história, entre outros, são exemplos de elementos capazes de promover o desejo de exploração.

Neste sentido, é através da cultura que as comunidades e as localidades se diferenciam entre si. Portanto, a cultura é que proporciona a singularidade de uma raça e de um povo, sendo a formadora da identidade destes, que é o fator de atratividade no turismo.

Entende-se, assim, que quando se está falando de cultura, faz-se referência à alma de um povo. Concomitantemente, o patrimônio cultural funciona como um elemento de distinção entre grupos sociais, dando-lhes identidade própria; trata-se da riqueza cultural e que é transmitida de geração em geração (CHOAY, 2001; RODRIGUES, 2001).

De acordo com o artigo 216 da Carta Magna (BRASIL, 2006), tem-se que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dessa forma, a música, os folguedos, as brincadeiras, a gastronomia, a religiosidade, a dança, a literatura, a linguagem, o folclore, as lendas, os hábitos e os costumes, entre outras

manifestações das comunidades, caracterizam-se como patrimônio cultural e têm sido utilizadas pelo turismo como atrativo.

A Feira de Caxixis se insere nesse contexto por ser o caxixi, principal produto de comercialização na mesma, uma forma de expressão da cultura local única no âmbito artístico nacional. O que se transforma num diferencial na captação de visitantes de diversas partes do mundo os quais vêm apreciar e adquirir a beleza ímpar do artesanato em exposição a céu aberto nas ruas e praças de Nazaré.

5.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DE NAZARÉ /BA

A cidade de Nazaré apresenta um grande acervo histórico de suma relevância para a cultura da Bahia, do Brasil e também para o desenvolvimento da região. A economia da cidade de Nazaré está fundamentada nas culturas do dendê, mandioca e banana, com comércio e indústria que atendem à demanda local e um rico potencial para a exploração do turismo histórico e cultural.

A partir do século XVIII e início do século XIX, a cidade de Nazaré cresceu comercialmente e socialmente. A indústria principal da região é o fabrico da farinha de mandioca. Seus terrenos férteis foram aproveitados por diferentes lavouras. O solo da região é rico em diversos minérios, tendo como foco principal o ferro.

Segundo alguns estudiosos, Nazaré é considerada como o primeiro ponto mais importante da província depois de Santo Amaro, tanto pela riqueza natural do seu solo e porto marítimo, como pela capacidade de trabalho de seus habitantes.

Em 1584, foi construída a ponte de energia que até o século XIX era partes da cidade, hoje no mesmo local fica a ponte da conceição concluída em 1857, elogiada pelo imperador D. Pedro II, quando em sua visita á Nazaré em 1859, como então a melhor obra daquela cidade. A ponte da Conceição é de meados do século XIX, construída para ligar definitivamente às duas partes da cidade desenvolvida em ribeiras opostas do rio jaguaripe, a atual ponte substituiu outra de madeira, sendo até meados do século passado única ligação entre as duas margens do rio, desempenhando importante papel no sistema viário urbano de Nazaré, mesmo com a construção da ponte Engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz.

Em 1860, com a inauguração da Estrada de Ferro, a cidade viveu sua era de esplendor, tanto que em 1905 recebeu a primeira agência de carros Ford, no Brasil. Nazaré era uma cidade agrícola, comercial, pólo atacadista e industrial. Fabricava-se óleo e exportava-se para

o exterior. Havia filarmônicas, seis jornais, revistas e teatros, como o do Frei Tito. Até o início da república, a cidade de Nazaré era muito forte.

Com seus monumentos históricos a cidade torna-se de grande importância para a cultura da Bahia e do Brasil. Não é necessário muito esforço para conhecer a sua área histórica, basta apenas caminhar pelas simpáticas e agradáveis ruas da cidade. É preciso um exercício de imaginação para observar a beleza e arte de seus casarios e edifícios, com seu jeito agradável de cidade do interior baiano e seus engenhos, os quais deixaram para o turismo de Nazaré boas opções de fazendas, com reais possibilidades de se desenvolver o turismo rural.

Poucos sabem que a cidade possui uma estátua do Cristo Redentor, trata-se do monumento Jesus de Nazaré, um marco erguido no morro da fazenda Mercantil, conhecido como alto da torre (figura 2). O importante monumento é uma obra de arte medindo 15m de altura que foi um dos marcos de 150 anos de emancipação da cidade de Nazaré, de autoria do artista plástico Felix Sampaio. Além dos 15 metros de altura, a estátua mede 4,60m de largura, 3,80m de profundidade e 9,20m de envergadura (distância entre as mãos), sendo sua técnica com gel à base de pó mármore.



Figura 2 – Monumento Jesus de Nazaré

Disponível em: <http://culturafm.flogbrasil.terra.com.br/foto17737605.html>

Acesso em: 19 jul. 2012

A cidade tem comércio e indústria modestos, suficientes apenas para a demanda local, porém guarda um potencial incalculável para a exploração do turismo histórico e cultural. Andando pelas suas ruas, depara-se com verdadeiras jóias da arquitetura do início do século XX como o Cine Rio Branco, construído em 1928 e hoje o mais antigo da América Latina em funcionamento. A arquitetura colonial está presente em grande parte das construções, resistindo através de séculos, desde os tempos do império. Além da Maria Fumaça, mais antiga locomotiva da América Latina (a Visconde de São Lourenço), Nazaré também guarda

segredos da magia, da religiosidade e do sincretismo baiano. Igrejas centenárias são tão freqüentes na sua paisagem e procuradas por fiéis, quanto os terreiros de umbanda e candomblé ou os centros espíritas, demonstrando a religiosidade como um dos traços mais marcantes da cultura desse povo. Assim também são a artes, música, pintura, literatura, artesanato - retratos de Nazaré e da sua gente.

5.2 A IMPORTÂNCIA DA FEIRA PARA O INCREMENTO DO TURISMO EM NAZARÉ/BA

Por ser um evento que a mais de 300 anos ocorre de maneira espontânea, a Feira de Caxixis vem ganhando espaço e se desenvolvendo conforme o trabalho político das administrações. Em algumas épocas no passado teve momentos gloriosos e em outros definiu chegando a uma quase extinção. Segundo o secretário de Cultura e Turismo de Nazaré – BA Reinaldo Moraes, nas últimas administrações a Feira voltou a passar por bons momentos devido a alguns investimentos. Ainda segundo ele, não existem projetos específicos voltados para a feira e sim trabalhos que são fomentados no momento da mesma, visando à qualidade no atendimento, a recepção dos artistas e artesãos, aumento do número de atrações e espaços para a festa, enfim, trabalhos voltados para melhorar a infraestrutura local no período do evento. A cada ano, um projeto é elaborado para a Feira subsequente, que por sua vez anexa os pequenos trabalhos destinados a cada tópico específico citado acima. A organização é uma parceria entre a Secretaria de Cultura e Turismo e o Governo Municipal de Nazaré – BA (MORAES, 2012).

O município não possui dados estatísticos sobre o Turismo no período da feira, apenas estimam o número de visitantes através de quadros dos prepostos da polícia militar. O secretário Reinaldo Moraes afirma que nos últimos 10 anos o evento tem crescido, sem a existência de declínio em nenhum período. Reitera ainda que ao assumir o cargo de secretário de cultura e turismo a Feira de Caxixis recebia de 60.000 a 70.000 visitantes e hoje esse numero já ultrapassa 120.000. Crescimento esse, segundo ele, que se deve também a parte profana da festa, já que a Feira ocorre no período da semana santa. Conta também que em tempos passados ocorria a micareta do município durante o evento, o que rendeu críticas do Vaticano, que chegou a apontar Nazaré como uma cidade que profanava a semana santa (MORAES, 2012).

Hoje, não mais ocorre a micareta, porém, os shows continuam e os espaços onde são realizados não comportam mais a quantidade de pessoas, o que supostamente acaba sendo

uma motivação para que o público compareça à Feira. Contudo, o Secretário afirma que os shows não são a principal motivação para que as pessoas também prestigiem os artesãos, pois a comercialização, segundo ele, é grande, gerando lucro para os oleiros que se motivam e a cada ano trazem inovações. Estas por sua vez, geram certo risco para a tradição dos caxixis, os quais podem perder suas características ao longo dos tempos já que nessas inovações os artesãos acabam por incorporar características de outras culturas nos seus trabalhos.

A Feira de Caxixis não é somente importante para o turismo local como também para a economia do mesmo. A Prefeitura de Nazaré não possui dados em valores do montante que a cidade arrecada durante o evento, porém o secretário Reinaldo Moraes afirma que as vendas de cerâmica cresceram, atraindo mais oleiros, comerciantes de outras mercadorias que não os caxixis e camelôs. As áreas destinadas para as vendas aumentaram e novos espaços foram criados. Porém, ainda segundo ele, a arrecadação durante a Feira deve passar dos R\$ 2.000.000,00 (MORAES, 2012).

Através da entrevista aplicada no dia 27 de junho de 2012 junto ao presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho (AAMON), Sr. Denisval Santana dos Santos, ficou claro que o incremento do fluxo de visitantes seria extremamente benéfico para a comercialização, mas reconhece que, para tanto, seria necessária uma maior atuação do poder público na divulgação das cerâmicas e captação de turistas. Ele ressalta que o governo pouco tem ajudado à produção local, somente através de ações relacionadas ao transporte, seja para o barro – segundo os oleiros, o governo do Estado doou à prefeitura uma caçamba para atendimento exclusivo a esta demanda – ou para as cerâmicas, no período das feiras.

Em essência, ainda que considerada como patrimônio cultural, a produção da olaria de Maragogipinho requer o apoio efetivo dos poderes públicos, para que seja preservada e para que possibilite melhoria da qualidade de vida aos oleiros, e quiçá possa vir a contribuir com o alcance do desenvolvimento local. Faz-se necessário divulgar essa produção, fornecer um suporte às organizações locais, atuar como interlocutor entre os oleiros e os organismos de financiamento, proporcionar infraestrutura para os habitantes dessas comunidades — transporte, equipamentos de lazer, saneamento, atendimento médico, serviços educacionais de qualidade, dentre outros — e para recepção aos visitantes, possibilitando o incremento do fluxo de turistas.

5.3 POSSIBILIDADES DA FEIRA DE CAXIXIS SER REGISTRADA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA BAHIA.

Diante de todas as informações que já foram expostas, a Feira de Caxixis, conhecida no país inteiro, e em boa parte do exterior já há quase trezentos anos e realizada exclusivamente na semana santa, tem amplas condições de se tornar um patrimônio imaterial do Estado da Bahia. A sua continuidade depende da existência e da atuação reiterada, no tempo e no espaço, de sujeitos desejosos e capazes de produzir e/ou reproduzirem esses bens, neste caso os oleiros de Maragogipinho. Contudo, somente a preservação do processo de produção das peças de cerâmica não é garantia para a existência da Feira. Pelo contrario, a fama dos caxixis deu-se através do início da mesma, portanto, salvaguardá-la fará com que os órgãos protetores juntamente com os governos das três esferas viabilizem as condições da produção do bem físico primordial da Feira. Pois, a partir do momento que o desenvolvimento e a preservação da arte – enquanto fenômenos culturais - forem estimulados, as pessoas envolvidas terão mais oportunidades de divulgar e resguardar suas tradições, além de se tornarem as principais promotoras deste desenvolvimento, beneficiando não só a localidade da qual fazem parte como da região na qual estão inseridas.

O presente trabalho pretendeu também, preservar a memória do povo de Nazaré-BA e a transmissão de conhecimentos e competências dos oleiros de Maragogipinho para que estes possam ter acesso às matérias primas e demais insumos necessários na sua produção, fazendo com que assumam a posição de protagonistas na preservação da Feira dos Caxixis. Esta é de grande relevância para a memória, identidade e formação da sociedade nazarena e baiana, pois a mais de três séculos comercializa artigos de cerâmica provenientes do trabalho dos artesãos, passando por momentos de decadência, por falta de apoio dos órgãos governamentais, os quais não dão a necessária atenção à feira, que sofre por falta de patrocínio e divulgação. Contudo, esse problema pode ser solucionado, basta ser conferido o título à feira de Patrimônio Imaterial da Bahia.

Ainda hoje, o que se pode constatar é que não existe sequer um estudo que tenha por finalidade a salvaguarda da Feira. Segundo o Secretário de Cultura e Turismo do município de Nazaré, Reinaldo Moraes, não existem projetos voltados para o reconhecimento da feira como patrimônio imaterial tanto por parte do governo local, como também da iniciativa privada. Reiterou que caso exista algum plano com essa finalidade, que dependa de apoio a fim de se criar estratégias para a formalização junto às instancias que fazem a regulamentação final,

ainda não chegou oficialmente à prefeitura, porém deixou claro que a mesma está aberta para dar suporte a esse tipo de trabalho.

Entende-se que, na atualidade a Feira dos Caxixis já se tornou referência cultural para a comunidade local, ou seja, uma identidade da região que a organiza há quase três séculos, justamente por essa continuidade histórica em que a manifestação cultural do caxixi é reiterada a cada ano. A continuação da atividade por parte de gerações sucessivas de artesãos, envolvendo inclusive as crianças, demonstra a força da fidelidade à tradição familiar. As condições difíceis que ainda rondam a existência dos artesãos e suas famílias, não desestimularam nem o aprendizado nem a paixão pela arte.

A continuidade histórica trata-se de uma contraposição ao conceito de autenticidade bastante utilizado no campo preservacionista (BRASIL, 2000). É por meio deste requisito que se averiguará se um bem preenche os requisitos para ser registrado como patrimônio cultural imaterial ou se constitui apenas como um fato isolado, desprovido dessa continuidade. Esse requisito influenciou o instituto da revalidação, o qual manterá o título de patrimônio cultural brasileiro somente aos bens culturais que comprovarem sua continuidade histórica, conforme prescreve o art. 7º do Decreto 3551/2000, que deixa a cargo do IPHAN a revalidação, a cada dez anos, dos bens culturais registrados.

Outro requisito para que um patrimônio venha a ser registrado é a sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. No entanto, ao contrário do que se possa inferir, tal dispositivo não significa que o registro só abrigará os bens culturais que forem de conhecimento nacional ou que façam parte da cultura de toda a sociedade brasileira. Tal requisito material se trata, na verdade, de uma priorização da concessão do título de patrimônio cultural brasileiro àqueles bens imateriais que possuam referência à memória, à identificação e formação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Em nada tem a ver com a extensão territorial ou popularidade nacional do bem, mas, sim, de seu peso, em si, aos grupos formadores da sociedade. Assim, ao se registrar bens de relevância nacional, cria-se a oportunidade dos Estados registrarem bens culturais imateriais de relevância estadual, os Municípios fazerem o mesmo com relação aos bens locais, desde que estes entes, por suposto, possuam mecanismos para tal fim.

Por meio da entrevista já citada feita com o presidente da AAMON, ficou esclarecido que os artesãos reconhecem na Feira de Caxixis o lócus, o lugar mais importante para a comercialização de suas criações que retratam o seu mundo, seu universo de representações, ancorado na realidade em que vivem.

Reconhecem a importância da feira porque se identificam com esta, mas não deixam de demonstrar certo descontentamento, uma espécie de decepção, queixando-se dos órgãos públicos que vêm priorizando muito mais a festa nos palcos que são montados pela cidade e esquecendo o principal, que são os artesãos. Ainda segundo o presidente da AAMON a padronização das barracas e de camisas para os expositores foi bem aceita, pois trouxe mais organização, contudo informou que até os próprios moradores de Nazaré reclamam que a prefeitura tem dado mais importância à contratação de bandas para os festejos. Comentou também que se faz necessário uma maior divulgação para atrair o público com melhor poder aquisitivo, pois a minoria das pessoas presentes em Nazaré durante a Semana Santa comparece à Feira e os compradores já são velhos conhecidos dos oleiros. O povo prestigia, porém os próprios oleiros acorrendo em massa, na sua rusticidade, sentem que o acontecimento vai gradativamente se desfigurando, perdendo a intensidade tradicional.

Diante do exposto, é imprescindível um apoio maior do Poder Público para que os artesãos não percam o interesse pelo evento e se façam representar. É necessário esforço e luta para reconquistar o encanto perdido e engrandecer o espetáculo para que este seja de uma vez por todas levantado, não deixando margens para desconfianças quanto ao seu futuro. O importante, entretanto, é que ainda existe e, a partir deste estudo espera-se que os órgãos responsáveis reconheçam a importância e possam dar início ao reconhecimento como patrimônio imaterial para que a feira viva por longo tempo, sempre se renovando e engrandecendo, sem perder a essência e a tradição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural como gerador de autoestima e recursos materiais ainda não é percebido por muitas comunidades, que lhe atribuem exclusivamente um papel suplementar de espetáculo ou lazer e não como um recurso capaz de gerar emprego e renda. A possibilidade do incremento do turismo na Feira dos Caxixis na cidade baiana de Nazaré está condicionada à gestão desse patrimônio imaterial, o que significa o envolvimento da administração pública, da iniciativa privada e da comunidade, coesas no sentido de utilizar econômica e simbolicamente seu potencial. Esse emprego dos recursos culturais deve ter por objetivo garantir o desenvolvimento e a conservação desse patrimônio vivo gerador de identidade e autoestima para a população local e, ao mesmo tempo, pode proporcionar recursos mediante o turismo cultural.

A atividade turística deve ser complementada pela ação do poder público municipal local, que tem de manter seu apoio a essa manifestação cultural que, mesmo não sendo originária nem tendo produção de caxixis na cidade, beneficia a população de Nazaré, além de contribuir para a autoestima e a identidade da região. Por isso, devem os gestores públicos realizar investimentos na área da cultura regional, subvencionando e promovendo essa manifestação, buscando recursos nas leis federais e estaduais de incentivo à cultura. O patrimônio imaterial representa a democratização da memória e da cultura dos oleiros espalhados pelo distrito de Maragogipinho e merecem reconhecimento e respeito.

Pode-se concluir que a Feira de Caxixis possui relevante potencial turístico devido à história que carrega há quase três séculos, graças principalmente aos esforços dos oleiros de Maragogipinho que não deixaram esse tradicional evento se perder no tempo. Para eles as feiras são lugares de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos nos hábitos e costumes do povo brasileiro e que não é somente um local para realização de compra e venda de mercadorias, são aspectos da vida social que podem ser considerados referências de identidade para uma comunidade. Essa característica transformou a Feira de Caxixis em Nazaré/BA num espaço único – de influência não apenas na Bahia, mas em toda a Região, tornando-se conhecida não só no Brasil como fora dele.

Foi constatada certa falta de entendimento entre as partes envolvidas na organização da Feira, através de entrevistas com representantes dos artesãos e dos gestores locais. A Prefeitura de Nazaré mantém uma parceria com a Prefeitura do município de Aratuípe, uma vez que Maragogipinho, local onde os oleiros estão sediados, é um distrito do mesmo.

Segundo a história, os nazarenos apenas acolheram essa cultura vinda de Maragogipinho e não produzem caxixis. De acordo com o Secretário de Turismo e Cultura do município de Nazaré, não existem meios para se repassar recursos de uma prefeitura para outra então é feita uma contrapartida, onde o projeto é apresentado para os oleiros com antecedência, é oferecido para eles o transporte dos mesmos e do artesanato, stands montados e numerados para cada artesão, tickets refeição, camisas e bonés com a logomarca da feira. E não há um pagamento direto para os oleiros, e sim o atendimento logístico para que possam expor os caxixis.

Já a visão dos oleiros é outra. Eles afirmam que a ajuda oferecida por parte da Prefeitura de Nazaré é muito pouca e a relação entre estes e os artesãos ocorre unicamente nos dias que antecedem a Feira. A justificativa que recebem quanto à situação exposta é a de que a cultura dos caxixis não é originária do município, já que toda ela é realizada dentro de Maragogipinho, por isso é que eles são apenas motivados a continuar trazendo as peças para serem comercializadas.

Essa dualidade de respostas e a pobreza de informações repassadas pelas partes nos faz entender que nenhuma delas tem plena consciência da importância e da magnitude da Feira de Caxixis. Enquanto uns preocupam-se mais em contratar grandes artistas para se apresentarem na cidade a fim de atrair maior público em detrimento de uma melhor preservação das tradições locais, outros se acomodam com a situação e não buscam junto aos órgãos responsáveis maior atenção para a arte que exercem e que expõem na famosa feira que só existe até hoje devido aos mesmos.

A Feira não conta com apoio financeiro e promocional por parte dos órgãos governamentais, ela é por outro lado, sensivelmente afetada por outras atividades de comercialização que nada tem de semelhante com a cerâmica de Maragogipinho. Diante disso, atestou-se que a Prefeitura de Nazaré deverá conscientizar-se de que o evento, por ser realizado na Semana Santa, deverá ter como atividade simultânea tão somente a programação religiosa do período, que se constitui também numa tradição bem expressiva do povo nazareno.

Outro fato constatado é o de que a cidade de Nazaré não suporta a quantidade de visitantes durante a feira, estes acabam se hospedando em casas particulares, outros alugam casas ou se hospedam em cidades próximas. O número de hotéis, pousadas e restaurantes não possuem condições de tolerar a quantidade de pessoas sem contar com os oleiros.

Conclui-se, portanto, com base nos dados obtidos, que a Feira de Caxixis deve ser mais bem preservada e salvaguardada como Patrimônio Imaterial para que as gerações atuais

e futuras possam desfrutar da beleza das cores e formas das cerâmicas produzidas pelos oleiros de Maragogipinho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARANTES, A.A. **Patrimônio imaterial e sustentabilidade de sua salvaguarda**. Da Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n.7, p.9-14, 2004.

ARAUJO, Patrícia Cristina de Aragão; RAMEH, Letícia. **Feira: lugar de Cultura e Educação popular**. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, 2005. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/FEIRA%20LUGAR%20DE%20CULTURA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20POPULAR.pdf>. Acesso em: 07 ago 2012.

BELAS, Carla Arouca. O INRC e a proteção dos bens culturais, In: Moreira *et al* (org.). **Anais do Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais**. Belém: CESUPA/MPEG, 2005.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O registro do Patrimônio Imaterial**. Dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Disponível em: <www.crespial.org/new/public_filesfile/pci-brasil.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. **Decreto nº 3551/00**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. [s. l.]: [s. n.], (2006 [?]). Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=103>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. **Cartilha Completa de Segmentação Turística**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> . Acesso em: 20 jul. 2012.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974. In: **Estudos Históricos**, n. 37, janeiro-junho, 2007.

CARMO, Raiana Alves Maciel L.. **A política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. In: I Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010. Disponível em <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/35-RAIANA-ALVES-MACIEL-LEAL-DO-CARMO.1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CORRÊA, R.L. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Z. (orgs). **Manifestações da cultura do espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSTA PEDRO, Fábio; DIAS, Reinaldo. **Patrimônio Imaterial e turismo: o caso do município de Jequitibá-MG**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, núm. 3, 2008, pp. 41-53. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Diálogos, 2006.

GOMES, Mariana Elias. **A Semana Santa em Mariana, MG: estudo da relação entre patrimônio imaterial e turismo**. Paraná, Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar, 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/015/15gomes.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/sobre_cultura.htm>. Acesso em: 08 maio 2012.

IPHAN. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 1936/2006**. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional/Departamento de Patrimônio Imaterial, jun. 2006b.

_____. **Registro da Feira de Caruaru/PE. PARECER Nº 005/06 – DPI**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=947>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

LEAL, Abinael Moraes. **Guia Histórico da Cidade de Nazaré**. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA 2006.

MORAES, R. Reinaldo Moraes (Secretário de Cultura e Turismo do município de Nazaré/BA): depoimento [junho 2012]. Entrevistador: Danilo Manoel Moreira Araújo; Gabriela Celestino Medeiros. Salvador: [s.n.], 2012.

OLIVEIRA, Bruno Campolina de. **O patrimônio cultural imaterial ferroviário de Minas Gerais como elemento potencializador da atratividade turística**. 90 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY J. (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural**: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003, p. 3. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

WAINBERG, Jacques. **O movimento turístico. Olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia**. In: GASTAL, S. e outros (orgs). *Turismo na pós-modernidade (dês) inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003: 9-19. (Coleção Comunicação, 25).

_____ **Turismo e comunicação**: a indústria da diferença. São Paulo; Contexto, 2003.